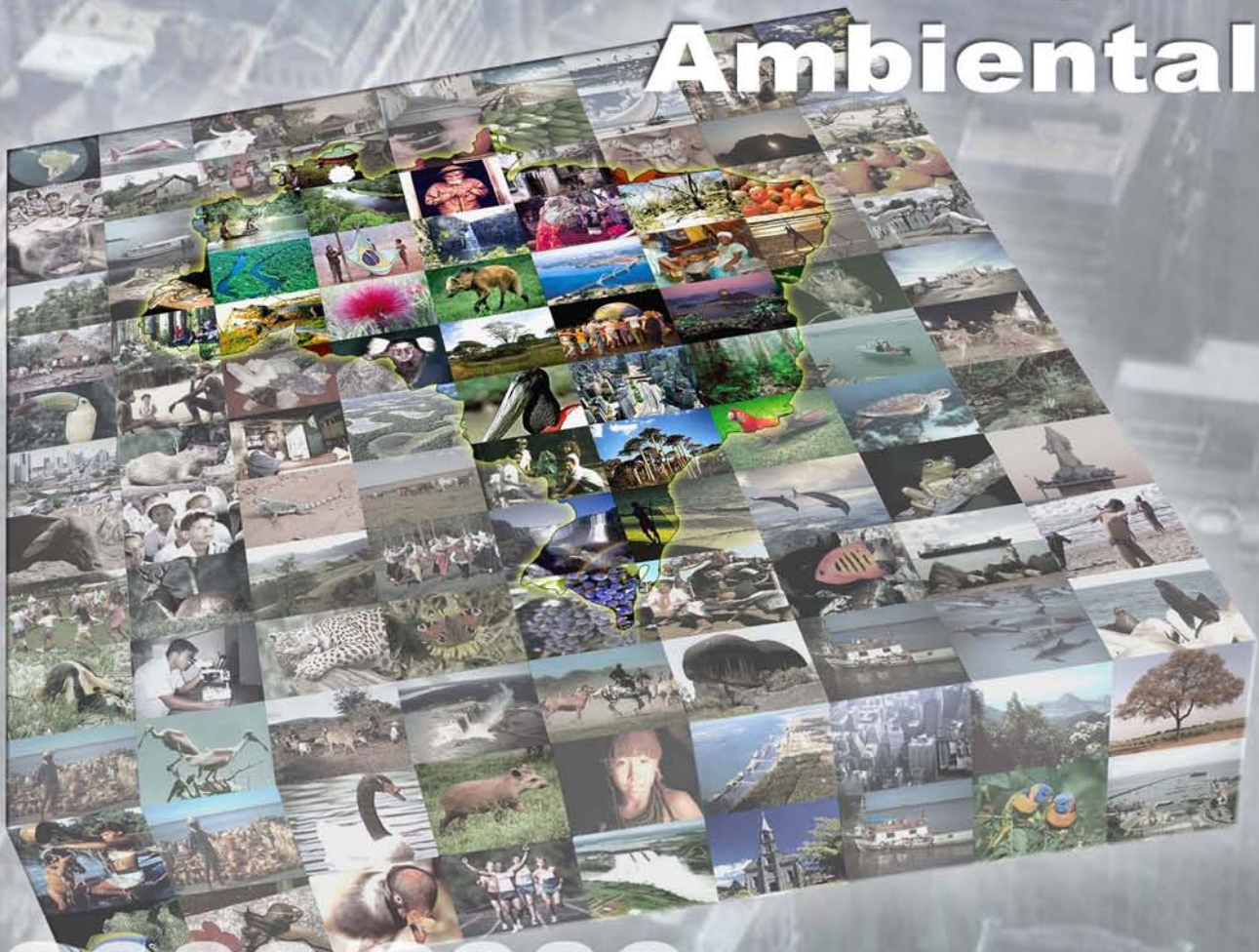


# Educação Ambiental



2003/2006

## DIÁLOGO COM OUTRAS AÇÕES E PROJETOS FORMATIVOS

Conforme exposto anteriormente, este sub-item descreve ações de formação desenvolvidas a partir de um diálogo permanente e continuado de parceria com programas de outros setores do MMA, demais Ministérios e estruturas educadoras externas. O intuito é potencializar estruturas e processos educadores protagonizados por esses parceiros, agregando contribuições teórico-metodológicas contidas no ProFEA, bem como buscar a construção de uma articulação político pedagógica com a DEA.

### CAPACITAÇÃO DE GESTORES AMBIENTAIS

O Programa Nacional de Capacitação de Gestores Ambientais (PNC), coordenado pela Diretoria de Articulação Institucional (DAI), com a parceria da DEA, tem o objetivo de formar e capacitar os agentes responsáveis pela elaboração e implementação da política municipal de meio ambiente, por meio da criação de um sistema municipal de meio ambiente, fortalecendo o SISNAMA. A DEA atuou no processo de formulação e mobilização nos Estados, contribuindo para que as reuniões de planejamento pedagógico da Comissão Tripartite ampliada tivessem a participação de instituições educadoras. Também teve a responsabilidade de construir com as instituições parceiras a proposta político-pedagógica do PNC.

O programa tem foco nacional e se fundamenta na lógica da gestão ambiental compartilhada entre municípios, Estados e União, sempre consideradas as especificidades locais e regionais. Trata-se de um programa de capacitação permanente, que forma coletivos com missão de consolidar as instâncias ambientais já existentes e criar novas instâncias no município, compondo um sistema municipal de meio ambiente efetivamente democrático. É realizado por meio de parceria entre o Governo Federal, através do MMA e de suas entidades vinculadas, e os governos estaduais.

Entre os entes federados, a demanda maior por organização do sistema se encontra nos municípios, não apenas por serem eles os que menos contam com estruturas e instrumentos de gestão em aplicação, mas também porque será para eles a transferência de diversas atribuições no processo de descentralização pelo qual o SISNAMA deverá passar.

Considerando esse cenário, a Comissão Tripartite Nacional propôs a elaboração do PNC, para auxiliar na consolidação do sistema público de gestão ambiental no Brasil. Promovido em articulação com os governos estaduais e tendo como clientela prioritária as prefeituras e conselhos municipais de meio ambiente, o PNC tem como propósito criar capacidade institucional para que os gestores respondam de forma qualificada e consistente a uma legislação ambiental cada vez mais rigorosa e, sobretudo, à demanda crescente da sociedade por políticas públicas que protejam o patrimônio ambiental brasileiro e promovam desenvolvimento com sustentabilidade.

O PNC foi lançado em 23 de agosto de 2005 e tem como pontos focais de articulação as Comissões Tripartites Estaduais. Sua construção, em conjunto com a Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Meio Ambiente (ABEMA), a ANAMMA e a Confederação Nacional de Municípios (CNM), contribuiu para essa articulação, contemplando os diversos interesses e garantindo a sua sustentabilidade.

O programa tem projetos nos 12 Estados, nos quais foi construído através de reuniões e oficinas com a Comissão Tripartite Estadual ampliada, em que participaram os demais parceiros locais (CIEAs, universidades, ONGs, movimentos sociais entre outros).

Em fevereiro de 2006, foi realizado um Workshop de definição de indicadores para o acompanhamento, em que ficaram definidos alguns indicadores iniciais e foram sugeridas estratégias para superar riscos identificados. Nesta ocasião, foi criado o Grupo de Trabalho de Monitoramento e Avaliação do PNC.

Na reunião seguinte, em junho de 2006, definiu-se o sistema a ser empregado no processo de monitoramento e teve início o trabalho de construção da linha de base dos indicadores selecionados. Foi realizado um processo de mobilização, a partir de oficinas de formação nos Estados, com a participação e envolvimento de instituições governamentais e não-governamentais que atuam com a temática ambiental (G2's). Nessas oficinas, foram montados projetos de capacitação nos 12 estados, já em fase de implementação, os quais adotaram as seguintes estratégias:

- definição dos temas básicos para a capacitação;
- desenvolvimento da proposta específica do seu Estado, a partir das diretrizes do PNC, com discussão no âmbito da Comissão Tripartite Estadual;
- fortalecimento das iniciativas implantadas, apoio àquelas que estão em processo de implementação e incentivo aos municípios para promoção da descentralização;
- formalização com as prefeituras de compromisso de adesão ao PNC, por meio de instrumento legal;
- monitoramento e avaliação permanentes.

O movimento deflagrado pelos projetos resultará na formação de 6.866 pessoas, sendo: gestores municipais, lideranças comunitárias, professores, entre outros. Foram constituídos 119 coletivos formadores nos 12 estados conveniados.

Foram elaborados e publicados os Cadernos de Formação, em seis volumes, cujo papel foi contribuir no processo de formulação e execução dos projetos nos Estados<sup>1</sup>.

## FORMAÇÃO CONTINUADA DOS ANALISTAS AMBIENTAIS DO MMA

O Programa de Formação Continuada dos Analistas Ambientais do MMA, sob a coordenação da Diretoria de Educação Ambiental, visa contribuir com a atuação qualificada destes profissionais, estimulando reflexões sobre seu papel como servidores públicos do Estado e potencializando sua ação como articuladores de políticas públicas ambientais.

O projeto piloto deste programa de formação contemplará, de início, o grupo de servidores efetivos do MMA, admitidos a partir de 2005. A efetivação de um quadro permanente de servidores é uma ação de fortalecimento do Sistema Nacional de Meio Ambiente (SISNAMA), instituído pela Lei nº 6938/81 e cujo Órgão Central é o Ministério do Meio Ambiente, sendo a formação continuada destes profissionais um passo importante na institucionalização de uma política ambiental integrada.

Abaixo são apresentados alguns resultados desse processo.

Elaboração do Projeto Político Pedagógico (PPP) - A base desta formação continuada está expressa em seu PPP, que detalha a proposta educacional em seus aspectos políticos, conceituais e metodológicos desde sua idealização até a operacionalização (CDRom). A construção desta proposta de formação foi marcada por um caráter participativo que se deu a partir de levantamentos, reuniões e oficinas ocorridas entre maio de 2005 e setembro de 2006, envolvendo analistas ambientais, dirigentes e colaboradores do MMA. Uma comissão, instituída pela Portaria Ministerial nº 324, de 08 de novembro de 2005, e formada por analistas ambientais de todas as secretarias e uma representante da Coordenação-Geral de Recursos Humanos, coordenou o processo de elaboração do Projeto Político Pedagógico. Na fase de implementação, acompanhamento e avaliação da formação está prevista também a atuação de uma comissão de analistas ambientais, um representante da Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas e um representante do Departamento de Gestão Estratégica do MMA, procurando garantir o caráter participativo. A vivência desta cultura participativa, em que os analistas ambientais se percebem como sujeitos na concepção e execução da proposta, é considerado um dos resultados desse processo.

Parceria com Decanato de Extensão da Universidade de Brasília (UnB) - Desde agosto de 2006, está em negociação uma parceria com o Decanato de Extensão da Universidade de Brasília, em torno da proposta de Formação Continuada dos Analistas Ambientais. Essa parceria envolve

---

1 Disponível em <http://www.mma.gov.br/index.php?ido=conteudo.monta&idEstrutura=76&idConteudo=4288>



a certificação da formação como pós-graduação lato sensu, a participação de professores da universidade e colaboradores do MMA como docentes, a contribuição destes no detalhamento das atividades educativas a serem desenvolvidas, bem como a disponibilização de vagas nas disciplinas de cursos regulares da universidade para alunos especiais vinculados a este processo de formação. As unidades acadêmicas diretamente envolvidas na formação são: o Centro Interdisciplinar de Formação Continuada (Interfoco), vinculado ao Decanato de Extensão, e o Centro de Desenvolvimento Sustentável.

Qualidade da proposta de formação - A versão final da proposta de formação reflete a concepção teórico-metodológica de educação que embasa outras iniciativas da DEA, pautada por uma educação crítica e emancipatória. Cabe destacar que o desenho da formação dos analistas como um curso de especialização é compreendido como uma etapa de uma proposta mais ampla, de formação continuada e inserida na Política de Formação dos Servidores do MMA. Espera-se que a práxis deflagrada estimule os analistas ambientais a propor ações integradas a serem desenvolvidas em continuidade ao curso, de modo que os mesmos atuem como editores da referida Política. Está previsto o início deste curso para março de 2007, com uma oficina a ser realizada com todos os interessados para esclarecimento da metodologia. A formação propriamente dita se dará entre junho de 2007 e dezembro de 2008, compreendendo: a) núcleo básico, com conteúdos a serem acessados por todos que estiverem inscritos no processo de formação; b) saídas a campo; c) cardápio – atividades eletivas que envolvem estudos, reflexões, vivências, disciplinas da UnB, cursos de outras instituições de ensino, reuniões setoriais e intersetoriais, atividades de educação a distância, participação em congressos, entre outras; d) seminários de avaliação.

Adesão dos Analistas Ambientais à Proposta - A versão atualizada da proposta de formação foi divulgada entre os analistas ambientais do MMA, sendo realizada uma pré-matrícula que contou com 105 inscritos, de um universo aproximado de 150 analistas, evidenciando um expressivo interesse, mesmo contando com a não obrigatoriedade de participação no curso.

## FORMAÇÃO DE SINDICALISTAS

No final de 2004, a DEA/MMA foi procurada pelo Projeto Brasil Democrático e Sustentável e pela Comissão Nacional de Meio Ambiente da Central Única dos Trabalhadores (CUT) para apoiar a execução de um projeto que mobilizasse o movimento sindical para aperfeiçoar e internalizar na sua pauta de luta as questões ambientais. Este projeto deve seguir a perspectiva da sustentabilidade e da democracia, por meio de oficinas estaduais de curta duração, nas quais seriam trabalhados os conteúdos críticos e reflexivos produzidos na experiência do projeto Brasil Democrático e Sustentável.

Tal proposta apresentava sintonia com os objetivos do ProFEA, que se encontrava em fase inicial de implementação. Algumas outras reuniões foram feitas ainda no final do ano, voltadas à construção de um projeto que acolhesse as perspectivas de ambas instituições. As reuniões foram retomadas no final do segundo semestre, ganhando corpo a proposta de construção de um processo educacional que contribuísse no aquecimento do processo de implementação de Comissões de Meio Ambiente nas CUTs estaduais. O propósito era a formação de lideranças educadoras que, por meio de sua práxis, contribuíssem na formação de novos quadros educadores e trabalhassem na internalização da educação ambiental e da questão ambiental nas Confederações e Sindicatos, de modo a fincar as bases na estrutura de formação da própria CUT, expandindo-se, posterior ou simultaneamente, a partir de outras articulações institucionais promovidas pela DEA, a outras centrais sindicais.

Ainda em 2005, foram apoiados e executados, por meio da cooperação que a DEA possui com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) Projeto nº 914BRA2047, a formulação, lançamento e início da implementação do “Programa de Formação de Líderes Sindicais como Educadores Ambientais”. Este se propunha constituir como uma formação permanente e continuada no interior da estrutura sindical.

O programa foi lançado em seminário na sede da CUT em São Paulo, com a presença da Ministra de Estado do Meio Ambiente, Marina Silva, e representantes sindicais de todas as unidades federativas. No evento, foi escolhido um Estado de cada região do país: Pará, Goiás, Bahia, Minas Gerais e Rio Grande do Sul para dar início ao processo. Foi realizada uma oficina deflagradora em cada um desses Estados, com uma turma de cerca de 30 sindicalistas. Também estiveram presentes representantes dos demais Estados da mesma região geográfica, a fim de contribuir para a implementação do programa em todo o país. Participaram das turmas, secretários gerais, secretários de formação, secretários de políticas sociais e outros dirigentes sindicais, tanto das estaduais quanto de confederações e sindicatos. As oficinas introduziram o conteúdo produzido pelo Brasil Democrático e Sustentável, bem como os marcos metodológicos e a proposta de ação coletiva do ProFEA, adaptado como metodologia do próprio programa.

A recepção das lideranças sindicais ao Programa foi acalorada em todos os eventos. No entanto, as etapas seguintes não foram realizadas. A estratégia adotada nessa parceria foi a de iniciar a implementação com os recursos disponíveis nesta Diretoria, suficientes para viabilizar apenas a primeira etapa do Programa em cinco das 27 unidades federativas, em virtude da ausência de recursos financeiros para viabilização de um ciclo completo do Programa, planejado para três anos. Planejava-se consolidar novas parcerias nesse período de implementação da primeira etapa, tanto no âmbito nacional como estadual, para obtenção de recursos adicionais. Tal pretensão não se consolidou. Após o término dessa primeira etapa, em dezembro de 2005, a intensa agenda dos três parceiros a partir de 2006 e a falta de continuidade do programa, por parte da CUT, resultaram na interrupção de sua implementação.

Mesmo assim, o Programa pode contribuir com o processo de mobilização nos cinco Estados para a criação de suas Comissões de Meio Ambiente e com a inserção da questão ambiental na pauta de luta dessas lideranças.

A proposta conceitual e metodológica desse Programa, assim como a experiência de sua implementação, contribuíram no aperfeiçoamento da estratégia de formação de educadores/as ambientais populares, numa dimensão complementar e específica do Programa Nacional de Formação de Educadores Ambientais: a formação setorial ou transversal articulada ao trabalho dos Coletivos Educadores.

Um dos desdobramentos dessa iniciativa foi a construção de um programa de formação de ambientalistas como educadores/as ambientais, em parceria com o Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (FBOMs), a ser implementado em 2007. Outro desdobramento, foi a aproximação com o Departamento de Qualificação do Ministério do Trabalho, por contribuição do representante da Central Geral dos Trabalhadores no Comitê Assessor. Dessa aproximação resultou a aprovação de Projetos Especiais de Qualificação (ProESQ), a partir de uma proposta do Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura, uma das instituições proponentes de Coletivos Educadores. O objetivo da proposta é consolidar um processo nacional e permanente de qualificação social do educador ambiental popular, por meio do desenvolvimento participativo de metodologias e de um arranjo social-institucional que gerencie e alimente continuamente esse processo, em todos os territórios do país.

## FORMAÇÃO DE FISCAIS DO IBAMA

O Programa Nacional de Formação em Fiscalização Ambiental (ProFFA) é vinculado à Coordenação Geral de Fiscalização (CGFIS), da Diretoria de Proteção Ambiental (DIPRO), do IBAMA. Em parceria com a DEA, desenvolveu a formação de fiscais-educadores que foi construída com base no Diagnóstico de Demandas para Treinamentos em Fiscalização, base do ProFFA, apresentado em maio de 2004. A partir do diagnóstico, destacaram-se os problemas, potencialidades, fragilidades e necessidades para o desenvolvimento da capacitação e formação do agente de fiscalização. Em seguida, construiu-se a formação dos fiscais-educadores, considerando a lógica reflexiva coletiva dos atores envolvidos na fiscalização ambiental do IBAMA. A formação foi legitimada pelo diagnóstico, que procurou evidenciar e discutir os conflitos numa tentativa de compreendê-los e minimizá-los. Foram assumidos os referenciais teóricos da pedagogia da práxis, e de comunidades interpretativas e de aprendizagem.

O Programa tem o objetivo geral de contribuir para a formação de sujeitos capazes de formulação, articulação e inovação, num processo continuado de capacitação. A referida formação

estrutura-se por diferentes momentos de aprendizagem: curso para formação de fiscais-educadores; rede de articulação de instrutores, e encontros periódicos. Trabalha-se para que o fiscal internalize e exteriorize em seu cotidiano, a teoria e a prática educativa da transformação, num percorrer que valorize processos democráticos para a construção de conhecimentos e tomada de decisão. Busca-se o encontro de diferentes perfis, histórias e interpretações para a construção coletiva de caminhos, que propiciem a melhoria da fiscalização ambiental.

O intuito maior é o fortalecimento do SISNAMA, por intermédio de um avanço qualitativo e quantitativo na formação de quadros profissionais no IBAMA e da ampliação da proteção ambiental por meio da educação e não da repressão. Com o desenvolvimento dos cursos para a formação de fiscais-educadores buscou-se formar também instrutores-multiplicadores, elevando conseqüentemente o número de atividades de capacitação na instituição.

Além da elaboração de propostas de fiscalização integrada à educação, com o aumento de 35% do número de instrutores do IBAMA, são exemplos de resultados alcançados pelo Programa: a criação da Rede de Proteção Ambiental (REDIPRO) que agrega os fiscais e interessados, a produção de materiais didáticos sobre fiscalização e proteção ambiental; artigos e/ou pesquisa sobre fiscalização em interface com outras áreas de atuação.

## CAPACITAÇÃO DE FUNDOS SOCIOAMBIENTAIS PÚBLICOS

Para efetivar a Rede Brasileira de Fundos Socioambientais, o Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA), em parceria com a DEA/MMA, com o Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do São Francisco, com a Diretoria de Articulação Institucional (DAI)/MMA, Instituto do Banco Mundial, CGEA/MEC e com as CIEAs, destinou R\$ 3,2 milhões por meio do edital 04/2005, com o intuito de capacitar e fortalecer os primeiros fundos estaduais e de cidades com mais de 250 mil habitantes.

Com o edital 04/2005, denominado "Apoio à criação e ao fortalecimento de fundos socioambientais públicos", parte dos fundos estaduais e municipais, além de participar da capacitação, financia pequenos projetos de educação ambiental. A intenção é que esses fundos tenham condições de receber e gerenciar recursos com os mesmos critérios de qualidade e controle do FNMA. Essa ação é uma iniciativa de formação continuada, que visa o desenvolvimento de habilidades, competências e o compartilhamento do saber e do fazer necessário ao funcionamento de um fundo público que tenha como princípio a participação e o controle social.

A DEA/MMA atua como parceira do FNMA nesse desafio. A capacitação ocorreu em quatro módulos, para cada qual há um processo de capacitação a distância e um seminário nacional (presencial), reunindo todos os participantes indicados pelas instituições, além da estratégia de socialização dos



conteúdos e elaboração de produtos em conjunto com os representados. Nas atividades a distância também foram incorporados outros atores (por intermédio de videoconferências, por exemplo).

Os momentos presenciais ocorreram por meio de seminários nacionais com a finalidade de apresentar as ferramentas, criar relação entre os participantes, promover a troca, debater, discutir e elaborar minutas dos produtos a serem desenvolvidos em cada módulo.

Foram selecionadas dez propostas no edital de fortalecimento e onze Fundos Socioambientais receberam uma quantia de R\$10.000,00 para participar do processo de formação. Dessa forma, foram constituídos 21 Fundos em parceria com a ABEMA e a ANAMMA. Cabe destacar também, como resultado desse processo, a constituição da Rede Brasileira de Fundos Socioambientais com mais de 60 instituições envolvidas.

## PROGRAMA NACIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL PORTUÁRIA (PRONEAP)

O Programa Nacional de Educação Ambiental Portuária foi concebido com o objetivo de oferecer, às dezenas de unidades portuárias existentes no território brasileiro, material de referência. Este, constituído por diretrizes gerais, princípios, fundamentos teórico-metodológicos e textos básicos especializados, para orientar o desenvolvimento de ações, atividades, projetos e programas em educação ambiental nos portos do Brasil. É um documento que está sintonizado com o Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global e com o Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA).

A elaboração e a implementação de Programas de Educação Ambiental vêm sendo exigidas recorrentemente pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, como uma das condicionantes para o licenciamento das atividades portuárias. Desta forma, os programas concebidos e executados no âmbito dos portos constituem-se numa ferramenta vinculada ao Sistema de Gestão Ambiental Portuário, que por sua vez atende aos princípios e orientações da Política Nacional de Meio Ambiente.

A concretização do PRONEAP obedeceu a dois movimentos simultâneos e combinados: 1) a constituição de uma equipe de especialistas que discutiu e concebeu uma proposta inicial para o documento e; 2) a implementação de um programa-piloto, tendo gerado experiências e resultados, que foram incorporados ao programa nacional.

A equipe foi formada por critério de respeito à natureza do programa, buscando envolver especialistas que desenvolvem trabalhos na interface entre a temática portuária e o campo da educação ambiental. Para além das atividades coordenadas de definição das diretrizes, princípios

e referências teórico-metodológicas, a partir do Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global e do ProNEA, também produziram textos abordando temas relativos à questão portuária envolvidos na filosofia e na execução do programa.

O programa-piloto foi lançado em abril de 2005 no Porto de Rio Grande, extremo meridional do Estado do Rio Grande do Sul, levado à prática com o nome de Programa de Educação Ambiental do Porto do Rio Grande (ProEA-PRG). A sua concepção e execução envolveu um conjunto de instituições parceiras: a Superintendência do Porto de Rio Grande, na condição de autoridade portuária; o Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental da Fundação Universidade Federal do Rio Grande; a 18ª Coordenadoria Regional de Educação, unidade regional da Secretaria Estadual de Educação; e a DEA/MMA.

Esta proposta-piloto estruturou-se a partir de princípios norteadores, constituindo-se em referências que balizam o planejamento, o desenvolvimento e a implementação das ações em educação ambiental. Estas foram organizadas em quatro grandes linhas, definidas em consonância com as particularidades próprias da atividade portuária e com o contexto natural e social em que está inserida, a saber:

- Linha 1: Formação Intraportuária em Educação Ambiental;
- Linha 2: Educação Ambiental Portuária em Contextos de Ensino Formal;
- Linha 3: Educação Ambiental Inicial e Continuada no Espaço Comunitário Local;
- Linha 4: Comunicação Portuária para a Educação Ambiental.

O programa foi oficialmente apresentado às unidades portuárias no dia 3 de abril de 2006, com a realização, na Superintendência do Porto de Itajaí, em Santa Catarina, de um evento integrado ao V Congresso Ibero-Americano de Educação Ambiental. Na oportunidade, estiveram presentes inúmeras autoridades portuárias do país e seus respectivos assessores técnicos ambientais. A programação planejada para o lançamento contou com a efetiva participação de representantes de outros ministérios e órgãos públicos federais envolvidos com a questão portuária, entre os quais destacamos: a Coordenação-Geral de Licenciamento do IBAMA; a Gerência de Gestão Portuária da Agência Nacional de Transportes Aquaviários; a Gerência-Geral dos Portos, Aeroportos e Fronteiras da Agência Nacional de Vigilância Sanitária; além da presença da Associação Brasileira das Entidades Portuárias - ABEPH.

Avalia-se que o PRONEAP alcançou resultados positivos ao final da gestão 2003-2006, que podem ser dimensionados pelos seguintes indicadores: grau de conhecimento do programa; mobilização e processo de construção; programas efetivamente implementados.

Considerando-os, pode-se constatar:

- todas as unidades portuárias conhecem a proposta do programa, resultado que se obteve pela disponibilização de informações, pela interlocução estabelecida com as autoridades portuárias e em função da própria atividade de lançamento;
- o desencadeamento do processo de construção em pelo menos 6 unidades portuárias, segundo anotações do acompanhamento realizado;
- o programa efetivamente implantado em uma unidade portuária na região Sul: Porto de Rio Grande, (RS); em três unidades portuárias na região Nordeste: Porto de Salvador, Ilhéus e Aratú (BA); em três unidades na Região Norte, em portos e/ou terminais vinculados a Companhia Docas do Pará (CDP).



Figura 1: Localização dos Portos Brasileiros

Fonte: Agência Nacional de Transportes Aquaviários.

Em cada unidade portuária o programa agrega as particularidades do lugar, bem como constitui um conjunto de parcerias específicas, formadas no processo de articulação e considerando-se as competências, habilidades e atribuições das instituições envolvidas.

A implementação e a consolidação do Programa Nacional de Educação Ambiental Portuária na totalidade dos portos brasileiros significará, a rigor, a constituição de uma rede com dezenas de elos plantados principalmente ao longo da costa atlântica e em alguns pontos interiores (cf. distribuição das unidades portuárias na Figura 3), com o potencial e a possibilidade de estabelecer articulações, fazer confluir esforços e desencadear trabalhos coletivos não somente na área de abrangência de cada um, mas igualmente irradiando suas ações numa determinada base territorial e promovendo, por decorrência, o encontro com outras ações e movimentos que estão sendo desenvolvidos, das políticas públicas desencadeadas pelos três níveis de governo, Federal, Estadual e Municipal, às iniciativas da sociedade civil.

## FORMAÇÃO DE EXTENSIONISTAS COMO EDUCADORES AMBIENTAIS DO CERRADO

No início do 2º semestre de 2006, a DEA/MMA foi procurada pelo Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural do Ministério do Desenvolvimento Agrário (DATER/MDA), na perspectiva de contribuir, como ponto focal brasileiro da Rede de Formação Ambiental do Programa das Nações Unidas, no estabelecimento de uma parceria com a Rede para formulação e execução de um projeto de formação em agroecologia.

Na reunião, foram compartilhadas as estratégias e as ações de formação que estão em desenvolvimento, além de identificadas interfaces de atuação em parceria. Ficou acordado que o início seria ainda em 2006, a partir de uma ação experimental, possível de ser executada com os recursos financeiros e humanos existentes, a ser ampliada em 2007, articulada ou não com a Rede de Formação. O DATER, nessa gestão, feita a reorientação da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural e a construção de um novo Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Pronater 2006/2007), vem trabalhando com o desafio de consolidar a agroecologia como marco orientador de todos os seus técnicos de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER). Como estratégia adotada, o DATER promovia cursos presenciais de curta duração e cursos de especialização, tanto presenciais como a distância. Havia a proposta de realizar um curso de 40h por Bioma, com o tema agrofloresta. A DEA, por sua vez, também planejava promover uma ação de formação no campo da agroecologia e agrofloresta, como uma contribuição ao campo da educação ambiental na atuação dos Coletivos Educadores e outras instâncias formadoras integrantes do SISNEA.

Com base nesse histórico, foi construído e dado início ao “Curso de Formação de Extensionistas como Educadores Ambientais do Cerrado”, com os seguintes objetivos:

- contribuir para a formação de extensionistas educadores/as agroflorestais com visão crítica para a decodificação da problemática socioambiental e proatividade junto aos agricultores na construção de alternativas para a agricultura familiar, baseadas nos

- princípios da agroecologia e com foco em agrofloresta e agroextrativismo;  
• iniciar a organização da rede de extensionistas e agricultores/as educadores/as agroflorestais, por meio de articulação institucional e com os participantes do curso, com a perspectiva de promover a formação continuada e permanente do extensionista e dos sujeitos que com ele interagem.

Organizado em três módulos de 40h cada, o primeiro e o terceiro presenciais e o segundo constituído por intervenções educacionais realizadas pelos cursistas junto às comunidades com as quais trabalham, e por orientação a distância<sup>2</sup>.

Foram recebidas 161 inscrições de 14 Estados, sendo selecionadas 40 pessoas, de 12 Estados - DF, GO, TO, MA, BA, PA, RR, MT, MS, MG, SP e PR.

O primeiro módulo presencial foi realizado em Alto Paraíso de Goiás (GO) e abordou os seguintes assuntos: conflitos socioambientais no Cerrado; dinâmica e funcionamento desse Bioma; sustentabilidade; uso do Cerrado em pé - agroextrativismo; conceitos em agroecologia e agroflorestas; e reflexão sobre a atuação do extensionista como educador agroflorestal do Cerrado. O próximo módulo ocorrerá em março de 2007 quando serão aprofundados temas de interesse dos participantes, produzidos na reflexão sobre suas práticas de intervenção, e será trabalhada a organização da rede de extensionistas e agricultores/as educadores/as agroflorestais do Cerrado.

A metodologia deste curso inova em relação aos demais promovidos pelo DATER e se constitui em objeto de experimentação dessa parceria. Enfoca a participação dialógica e a práxis como essência do processo de aprendizagem e ensino, seja pela participação dos orientadores na formulação e desenvolvimento do curso, juntamente com a equipe coordenadora, seja no decorrer dos módulos pela participação dos cursistas em cada uma das atividades, num processo crítico de construção coletiva do conhecimento. Outra inovação metodológica é a combinação das modalidades presencial e a distância e a atenção à continuidade do processo educativo.

A receptividade dos participantes e dos orientadores ao curso foi grande. Já nesse primeiro módulo a metodologia possibilitou a construção do sentimento de pertença do grupo e mobilizou cursistas e orientadores a permanecerem atuantes nessa construção coletiva de trabalhar a extensão rural com base na educação agroflorestal emancipatória.

---

<sup>2</sup> A equipe para fazer essa orientação a distância foi formada por profissionais do MMA e MDA, da EMBRAPA, do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e do IBAMA, fazendo uso da plataforma e-ProInfo, do MEC, contando ainda com interações entre cursistas, orientadores e docentes, por meio das ferramentas: bate-papo, fórum e bibliotecas virtuais.



## FORMAÇÃO DE RECRUTAS DO EXÉRCITO

A parceria com a Fundação Cultural do Exército (FUNCEB) teve início em 2003, com a colaboração da DEA na elaboração do material didático para o projeto “Missão Ambiente”, que resultou em cinco cartilhas revisadas sobre os biomas brasileiros.

Além disso, a DEA participou da revisão conceitual na re-edição dos programas “Valores do Brasil”, “Mata Atlântica”, “Amazônia” e “Cerrado”, produzidos para TV. Esses vídeos estão disponíveis para distribuição e exibição, o que poderá acontecer ao longo de 2007 graças à cooperação firmada com a Radiobrás e com a União Planetária.

Houve dois eventos de formação de oficiais em Educação Ambiental a partir do material produzido, ocorridos em Manaus e no Rio de Janeiro, com 40 oficiais do exército em cada turma. Após esta formação, foi instituída a disciplina Educação Ambiental no curso de formação dos recrutas, com carga horária de 10 horas/ aula, que segue acontecendo.

Houve a retomada do contato com a FUNCEB, em função do projeto da Rede Digital de Comunidades Tradicionais e Indígenas, que se mostrou interessada na Rede e se dispôs a estudar a possibilidade de participação.

## AQUABIO: FORMAÇÃO EM PROCESSOS DE GESTÃO AMBIENTAL E MANEJO DOS RECURSOS NATURAIS

A interação entre o Programa Nacional de Educação Ambiental e o Programa Manejo Integrado da Biodiversidade Aquática e dos Recursos Hídricos na Amazônia (AquaBio), visando gerar complementaridade às ações de formação de atores sociais e institucionais para a gestão ambiental, nasce a partir de um acordo institucional entre a DEA e a Diretoria de Conservação e Biodiversidade (DCBio/SBF).

O AquaBio tem como objetivo geral apoiar a promoção de ações estratégicas para implementação de uma abordagem de gestão integrada da biodiversidade aquática e dos recursos hídricos junto aos atores relevantes, internalizando os princípios da conservação e do uso sustentável dos ecossistemas aquáticos nas políticas e programas para a Bacia Amazônica. Abrange parte de três sub-bacias da Amazônia Brasileira, localizadas nos Estados do Amazonas, Pará e Mato Grosso<sup>3</sup>,

<sup>3</sup> São especificadas três sub-bacias da Amazônia Brasileira: no Amazonas, Sub-bacia do Médio e Baixo Rio Negro, no Pará, Sub-bacia do Baixo Rio Tocantins e no Mato Grosso, Sub-bacia do Alto Rio Xingu. Engloba cerca de 15% da área total de 1.950.000 km<sup>2</sup> destas sub-bacias

englobando cerca de 15% da área total de 1.950.000 km<sup>2</sup> destas sub-bacias. Possui três objetivos imediatos: a) planejamento e políticas públicas; b) capacitação; c) gestão; monitoramento; avaliação e disseminação. Neste contexto, a DEA seria responsável por coordenar a capacitação, que considera as seguintes ações:

- formação de multiplicadores para a gestão integrada da biodiversidade aquática e dos recursos hídricos;
- sensibilização geral da população e apoio à organização da sociedade para a gestão integrada da biodiversidade aquática e dos recursos hídricos;
- aplicação de estratégias de educação ambiental, nas esferas da educação formal e não-formal, levando em consideração especificidades sociais e culturais, tais como povos indígenas, mulheres, e jovens;
- execução de capacitação operacional para atender demandas locais e demandas de outros componentes do Projeto, como planejamento produtivo, tecnologias e práticas apropriadas, manejo sustentável da água e do solo;
- troca de experiências, incluindo as geradas ao longo da execução do projeto.

Visto que o ProNEA tem como parte de seus desafios a transversalização e a integração da educação ambiental nas políticas e programas ambientais do MMA, o acordo oficializado entre as Diretorias dos Programas, embora sem ter iniciado suas tarefas executivas, define o comprometimento de ambos os Programas em relação às ações de formação, da seguinte forma:

- A DEA se responsabiliza em coordenar a capacitação, e disponibilizar R\$ 1.000.000,00 para a execução das atividades relacionadas de seis anos, visando integrar a capacitação com a perspectiva de formação definida no ProFEA;
- O projeto AquaBio, em suas atividades e, principalmente nas relacionadas à capacitação, irá fortalecer a implementação do ProNEA em seu território de atuação, disponibilizando R\$ 7.810.440,00, sendo R\$ 5.467.308 doação do Banco Mundial por meio do Fundo para o Meio Ambiente Mundial (GEF).

Mesmo frente ao início das atividades conjuntas entre as Diretorias e, considerando o desafio ainda em pauta, de ampliar a afinção entre as diferentes propostas e conceitos de formação, tem-se como resultado inicial do processo de articulação institucional, dois documentos: 1) documento de formalização de parceria, contendo o comprometimento das Diretorias com os processos de formação a serem desenvolvidos no projeto, e 2) o Projeto de Cooperação Técnica Internacional firmado entre UNESCO e MMA e elaborado pelo AquaBio, contendo, no item de capacitação, uma concepção baseada nas diretrizes e perspectivas de formação do ProNEA e da PNEA.

A ação de articulação entre secretarias e o processo que ambas diretorias iniciam, constitui-se em um desafio na implementação de políticas territoriais voltadas à gestão sustentável dos

recursos naturais condizente com as diretrizes da Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA). A experiência deve desenvolver-se como um piloto para tal desafio: constituir estrutura operacional, conceitual e metodológica que viabilize a formação dos diferentes atores sociais e institucionais na implementação dos processos de gestão, relacionados às diretrizes do ProFEA na construção de sociedades sustentáveis. Espera-se com esse processo ampliar conhecimento para fortalecer e viabilizar a articulação de ações de formação com programas técnicos de outras secretarias do Ministério do Meio Ambiente.

## UNIVERSIDADE DA FLORESTA

O projeto Universidade da Floresta nasceu das agendas participativas da sociedade civil na região do Alto Juruá (AC), que reivindicavam uma universidade dos povos da floresta, em que o conhecimento tradicional tivesse prestígio, reconhecimento e valorização, além de fortalecer as comunidades, suas culturas e favorecer o desenvolvimento regional sustentável. A partir de 2003, por vontade da Ministra de Estado do Meio Ambiente, Marina Silva, este Ministério assumiu o papel de articulador do projeto no âmbito do Governo Federal, por meio do trabalho do Gabinete da Ministra e da DEA.

No período de julho de 2004 a maio de 2005 se deu uma fase inicial de mobilização em que a DEA compôs o Grupo de Trabalho Interministerial (GTI), que passou a funcionar informalmente. Essas reuniões informais tinham como estratégia aproximar os setores do MMA afins à proposta, e apresentá-la a esses setores ao MEC.

Em 18 de maio de 2005, foi publicada a Portaria Interministerial 005/2005, do MEC, MMA e Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), criando oficialmente o GTI, com a seguinte composição:

- Governo Federal – MMA, IBAMA, MEC, MCT, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Ministério da Saúde, Fundação Nacional de Saúde (Funasa), MinC, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), Casa Civil, Ministério da Defesa (MD) e Sistema de Proteção da Amazônia (SIPAM);
- quatro representantes do Governo do Estado do Acre;
- cinco Universidades do Brasil e Exterior, cabendo outras a convite;
- cinco institutos de pesquisa do Brasil e exterior;
- dez organizações representativas da sociedade civil;
- representante da bancada parlamentar do Estado do Acre.

A coordenação geral do GTI ficou a cargo da Diretoria de Conservação de Biodiversidade, unidade da SBF/MMA, enquanto a secretaria executiva ficou sob a responsabilidade da DEA, em nome do Órgão Gestor da PNEA.

O GTI realizou as seguintes atividades presenciais: 1ª Reunião Plenária em Rio Branco (AC); I Fórum da Sociedade Civil sobre a Universidade da Floresta, do qual participaram 122 representantes de mais de 80 comunidades rurais do Juruá; e 2ª Reunião Plenária.

As principais deliberações oriundas desses eventos indicam:

- criação e formalização do Instituto da Biodiversidade, componente da Universidade da Floresta destinado a concentrar as atividades de pesquisa;
- criação de novos cursos, tais como: enfermagem, ciências biológicas, engenharia florestal (criados já em 2005) e educação indígena, ciências sociais e novas licenciaturas (em estudo e criação);
- Fórum da Sociedade Civil propôs especificamente: criação de dois Programas de intercâmbio de Saberes, defesa prioritária de um curso de Educação Indígena; instituição de um espaço de gestão formal consultivo e deliberativo intersetorial (Conselho).

Nas discussões em torno do projeto, registrou-se a presença de duas concepções divergentes. A primeira defendia a projeção da Universidade da Floresta como expansão do campus universitário da Universidade Federal do Acre (UFAC) no vale do Juruá, contando com “incorporação” de saberes tradicionais, sem ferir a normatização acadêmica tradicional e submetendo as deliberações públicas do GTI à autoridade do conselho universitário daquela universidade. A DEA se posicionou sempre na segunda perspectiva, que foi dominante entre a grande maioria dos membros do GTI, que defende uma universidade dos povos da floresta de fato, com garantia de participação expressa em seus instrumentos de gestão, e um Projeto Político Pedagógico (PPP) diferenciado, a exemplo do que já é possível hoje no ensino fundamental e médio com a escola indígena.

No âmbito da implementação do ProNEA, o apoio à constituição da Universidade da Floresta insere-se na perspectiva de descentralização, fortalecimento das comunidades na construção e difusão do conhecimento sobre a sócio e biodiversidade, e na gestão integrada e territorializada da educação ambiental. Trata-se de uma experiência piloto de um modelo que se pretende replicar em toda a Amazônia. O projeto Universidade da Floresta associa-se também às políticas de educação e diversidade da SECAD/MEC, de desenvolvimento de populações tradicionais do MMA, MDS e outros, e tem por objetivo também constituir-se como estratégia de fortalecimento da pesquisa nacional sobre a Amazônia, do MCTe CNPq).

Em 2007, é esperada a divulgação dos produtos resultados finais do GTI:

- publicação de relatório, contendo as políticas de implementação do projeto indicadas pelo GTI a fim, inclusive, de servir de referência para outras experiências participativas e de inclusão social na educação superior;
- plano de apoio e interface com as ações de educação ambiental, inserindo no contexto da Unifloresta os programas de atuação da DEA: Sala Verde, Educomunicação Socioambiental, Coletivos Educadores, PANACEA;
- plano de apoio integrado dos vários setores do MMA, a ser apresentado em seminário, no primeiro semestre de 2007 em Cruzeiro do Sul – a proposta formulada pela DEA é a de um “Seminário de Apoio à Implementação da Universidade da Floresta”.

As falas e proposições da DEA no GTI tiveram como objetivos principais: i) a implantação de um piloto de transversalização curricular da educação ambiental e de formação de educadores/as ambientais no âmbito da Universidade da Floresta; ii) o fortalecimento do papel das comunidades tradicionais e indígenas na constituição do PPP da Universidade da Floresta, e de sua atuação em estruturas educadoras sediadas nestas comunidades; e iii) o fortalecimento da gestão social da educação ambiental na região do Alto Juruá, considerada uma das áreas de maior biodiversidade do planeta.

Com a instituição do GTI, a sociedade civil passou a ter maior acesso aos fóruns de discussão sobre a Universidade da Floresta, desempenhando um papel mais efetivo na discussão de princípios, metodologias e prioridades para investimentos. Além da manutenção do diálogo intersetorial, os resultados mais relevantes do processo instaurado pelo GTI até agora, que significam importantes passos de implementação do projeto:

- MEC: realizou concursos públicos, contratou 31 professores, instituiu três cursos novos em Cruzeiro do Sul (Engenharia Florestal, Biologia e Enfermagem), determinou a criação de três centros autônomos para a gestão dos novos cursos, efetuou seleção de pessoal técnico-administrativo, destinou recursos oriundos de emenda parlamentar para as obras do novo campus, entre outras iniciativas. Prevê a ampliação dos investimentos e constituição de novos cursos a partir dos Centros já criados;
- MCT: apoiou todos os eventos participativos e lançou um edital PPBio voltado à implementação do Instituto da Biodiversidade.
- Campus Floresta: os professores já contratados desenvolveram um projeto de implementação de um Laboratório de Secções de Anfíbios e elaboram atualmente um projeto de curso de Mestrado em Ecologia e Desenvolvimento Sustentável. Eles já têm captado recursos significativos para pesquisas participativas.
- Bancada parlamentar estadual: deputados federais e senadores do Acre já destinaram, no período de funcionamento do GTI, por meio de emendas parlamentares, mais de R\$ 5



- milhões para infra-estrutura do Campus Floresta e novos cursos.  
Em 18 de março de 2005, o então governador do Acre, Jorge Viana, fincou a pedra fundamental que marca a criação da nova Universidade, próxima ao igarapé Canela Fina, em Cruzeiro do Sul.

**Ministério do Meio Ambiente**  
**Secretaria Executiva**  
**Diretoria de Educação Ambiental**

